

TO R DE AVALIAÇÃO FINAL DO PROGRAMA INTERAGENCIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA

Contexto geral: o Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM)

Em dezembro de 2006, o PNUD e o Governo da Espanha assinaram um importante acordo de cooperação técnica internacional de € 528 milhões.¹ A partir deste aporte de recursos foi criado o Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM).

O F-ODM financia programas interagenciais, no âmbito das Nações Unidas, que buscam identificar, disseminar, e replicar experiências bem sucedidas e efetivas cujo intuito é melhorar a vida das pessoas, cumprindo assim o objetivo do Fundo de acelerar o progresso em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e também, de forma complementar, de outras metas fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano.

Por meio do financiamento de programas interagenciais, o F-ODM estimula a integração, coerência e maior efetividade de iniciativas de desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas (SNU), assim como favorece o desenvolvimento de uma cultura colaborativa entre as diversas agências da ONU. O Fundo tem atualmente 128 programas interagenciais em operação em 49 países. Tais programas são divididos em oito janelas temáticas² e contribuem de várias formas para o progresso dos ODM, para a apropriação nacional das iniciativas da cooperação técnica internacional, e para a reforma do Sistema ONU.

O Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

O Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia é uma iniciativa do F-ODM, e do Grupo Temático de Gênero e Raça das Nações Unidas no Brasil, que está vinculada a janela temática “Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres”.

O Programa Interagencial tem como objetivo fornecer cooperação técnica para o governo brasileiro, especialmente para a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e também para diversas organizações da sociedade civil que trabalham com os temas de gênero, raça e etnia.

O Programa busca implementar um conjunto de ações destinadas a contribuir com a redução das desigualdades de gênero, raça e etnia na sociedade brasileira, de forma a promover em particular os direitos de mulheres indígenas e negras. O contexto no Brasil é favorável para o trabalho com este tipo de abordagem múltipla. O Brasil possui uma democracia estável, instituições consolidadas, e um trabalho pioneiro na implementação de organismos de gênero e raça no âmbito do governo, além de um destacado compromisso, por parte da administração Federal, de enfrentamento dos desafios das desigualdades e iniquidades baseadas em gênero, raça/cor e origem étnica.

De forma inovadora, o Programa Interagencial pretende abordar questões relacionadas a gênero, etnia e raça, simultaneamente, promovendo a interseccionalidade destes temas. Esta abordagem resulta da constatação da existência de um padrão aparentemente paradoxal em relação à situação das mulheres no Brasil. Por um lado, notam-se avanços em termos, por exemplo, da participação das mulheres na esfera pública, do aumento do nível educacional, e da participação feminina no mercado de trabalho. Por outro lado, como evidenciado pelos dados estatísticos, desigualdades significativas de gênero e étnico-raciais ainda persistem, mantendo as mulheres em desvantagem em

¹ Além disso, em Setembro 2008, a Espanha comprometeu-se com o aporte de mais € 90 milhões para o lançamento de iniciativas no âmbito de uma janela temática sobre Infância e Nutrição.

² As janelas temáticas são: 1) Meio Ambiente & Mudanças Climáticas; 2) Igualdade de Gênero & Empoderamento das Mulheres; 3) Juventude, Emprego & Migração; 4) Governança Econômica Democrática; 5) Infância, Segurança Alimentar & Nutrição; 6) Prevenção de Conflitos & Construção da Paz; 7) Cultura & Desenvolvimento; 8) Desenvolvimento & Setor Privado.

praticamente todas as esferas da vida social quando em comparação com os homens. Obstáculos ao progresso das mulheres negras ou indígenas são ainda maiores, devido aos efeitos acumulativos e interrelacionados da discriminação de raça e etnia em conjunto com a discriminação de gênero ao longo dos ciclos de vida.

Os resultados e os produtos propostos pelo Programa Interagencial estão alinhados com estratégias de desenvolvimento nacionais, bem como com as metas do Fundo ODM. Para alcançar os efeitos propostos, o Programa Interagencial trabalha principalmente com quatro áreas estratégicas: desenvolvimento de capacidades, fortalecimento institucional, geração de conhecimento e evidências, e advocacy e mobilização social. A cobertura do programa é nacional, a maioria das atividades estão localizadas em Brasília (DF), onde as duas contrapartes nacionais do programa (SPM e SEPIIR) estão localizadas. Há, no entanto, um conjunto de atividades desenvolvidas no nível local, principalmente em capitais ou regiões metropolitanas e também com populações específicas de origem étnica.

Os principais beneficiários diretos do programa são as duas contrapartes governamentais (SPM e SEPIIR), bem como diversas ONGs com foco em gênero, raça e etnia. A população beneficiária indireta é composta majoritariamente por mulheres, especialmente as negras e quilombolas, e em menor escala por mulheres de origem étnica (indígenas, ciganas, etc.).

A execução do programa começou no segundo semestre de 2009 e o fim das atividades está previsto para ocorrer em junho de 2012. A equipe do Programa é composta por um Coordenador, uma Coordenadora Adjunta e uma Assistente de Comunicação, todos localizados na ONU Mulheres, agência líder do Programa. O orçamento do Programa, de US\$ 4 milhões foi distribuído entre as seis agências das Nações Unidas que participam do Programa, de acordo com o plano de trabalho e a proposta apresentada no Documento de Projeto do Programa Interagencial.

O Escritório do Coordenador Residente da ONU (RCO), como responsável pela avaliação final do Programa, está buscando consultores altamente qualificados para realizar a avaliação final deste Programa Interagencial, incluindo análise dos aspectos programáticos, administrativos e da governança do Programa.

1. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliações finais são sumativas por natureza e objetivam:

1. Medir até que ponto o Programa Interagencial implementou efetivamente suas atividades, produziu os produtos esperados e pode vir a contribuir para o alcance de resultados de desenvolvimento em médio e longo prazo.
2. Gerar conhecimento baseado em evidências, em uma ou mais das janelas temáticas do F-ODM, permitindo a identificação de melhores práticas e lições aprendidas que podem vir a ser úteis para outras intervenções de desenvolvimento em nível nacional e internacional (*replicabilidade e scaling up*).

2. ESCOPO DA AVALIAÇÃO E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A avaliação final será focada em estimar os resultados de desenvolvimento atingidos e os possíveis impactos que podem vir a ser gerados pelo Programa Interagencial, com base no escopo de trabalho do mesmo, e nos critérios de avaliação incluídos neste Termo de Referência. Isto irá permitir a identificação de achados, boas práticas e recomendações para a programação conjunta de forma mais ampla, tanto em função de questões programáticas como também de questões operacionais.

A unidade de análise ou objeto de estudo desta avaliação é o Programa Interagencial, entendido como o conjunto de seus componentes, incluindo: insumos, atividades, produtos e resultados.

Esta avaliação final tem os seguintes objetivos específicos:

1. Medir até que ponto o Programa Interagencial contribuiu para resolver as necessidades e os problemas de desenvolvimento identificados em seu projeto.
2. Medir o grau de eficiência na implementação do Programa Interagencial por meio da comparação dos produtos e resultados atingidos *vis-à-vis* o que foi originalmente planejado ou posteriormente revisto de forma oficial.
3. Estimar em que medida o Programa Interagencial promoveu o desenvolvimento de sua população beneficiária (indivíduos, comunidades, instituições, etc).
4. Medir a contribuição do Programa Interagencial conforme os objetivos e resultados definidos, bem como em relação aos objetivos centrais do F-ODM em nível local e nacional (ODMs, Declaração de Paris, Princípios de Accra, e reforma das Nações Unidas).
5. Identificar e documentar as lições aprendidas e boas práticas em relação aos temas específicos da janela temática de gênero, ODMs, Declaração de Paris, Princípios de Accra e da reforma das Nações Unidas, também com o objetivo de apoiar a sustentabilidade do Programa Interagencial, ou alguns de seus componentes, ao longo do tempo.

3. Questões avaliatórias, focos de análise e critérios de avaliação

As questões avaliatórias definem a informação que deve ser gerada como resultado do processo de avaliação. As questões são agrupadas de acordo com os critérios a serem utilizados na avaliação. Estes critérios são, por sua vez, agrupados de acordo com cinco enfoques analíticos específicos.

Foco de Análise sobre a Elaboração do Programa e Alinhamento com Prioridades Nacionais

- **Relevância e Justificativa: Em que medida os objetivos desta intervenção de desenvolvimento são compatíveis com as necessidades e interesses da população, as necessidades do país e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.**

a) A estratégia de intervenção do Programa Interagencial estava alinhada com as prioridades, políticas e planos nacionais?

1. O documento de programa foi produzido de forma conjunta? O documento de programa possui estruturas de lógicas internas e externas robustas em termos das atividades propostas, produtos, resultados e problemas de desenvolvimento originalmente identificados?
2. Como o governo participou na concepção do Programa Interagencial e na negociação que resultou na implementação deste programa? Como as agências da ONU participaram deste processo?

b) De que maneira o projeto do Programa Interagencial tinha potencial de contribuir para resolver as necessidades socioeconômicas e os problemas identificados como desafios de desenvolvimento na fase de projeto?

1. O projeto do Programa Interagencial trabalhava com uma escala de atuação capaz de otimizar insumos, atividades e resultados?
2. Há alguma falha no projeto e na concepção do Programa Interagencial que pode ter prejudicado a implementação do Programa e suas contribuições para os resultados de desenvolvimento planejados?

c) Em que medida este programa foi concebido, implementado, monitorado e avaliado em conjunto?

1. Em que medida e como as contrapartes governamentais foram conjuntamente envolvidas na concepção e implementação, monitoramento e avaliação do Programa Interagencial?
2. Há falhas no projeto que poderiam prejudicar a realização de atividades de implantação, monitoramento e avaliação? Se sim, como isso foi resolvido?
3. Como o princípio de programação conjunta foi contemplado durante a concepção e posterior implantação do Programa Interagencial?

d) Em que medida a programação conjunta foi a melhor opção para responder aos desafios de desenvolvimento enunciados no documento de programa do Interagencial?

1. Neste caso específico, quais são as vantagens comparativas e *fast tracks* da programação conjunta?
2. Neste caso específico quais são os principais obstáculos e gargalos da programação conjunta?

e) Em que medida os parceiros de implementação que participam do Programa Interagencial agregaram valor para a resolução dos desafios de desenvolvimento indicados no documento de programa?

1. Como o valor agregado da programação conjunta pode ser considerado distinto do valor acrescentado por programas e atividades de cooperação técnica não interagenciais?
2. Qual foi o valor agregado do Programa Interagencial para resolver os desafios de desenvolvimento identificados no documento de programa? Por que e como esse valor foi agregado?

f) Em que medida o Programa Interagencial tem uma estratégia de M&A útil e confiável e que pode contribuir para se estimar os resultados de desenvolvimento alcançados?

1. Houve alguma falha no sistema de M&A que poderia ter comprometido a realização do conjunto de atividades de M&A? A concepção da estratégia de M&A foi contemplada no documento de projeto do programa?

g) Até que ponto o Programa Interagencial tem uma estratégia de Comunicação e Advocacy (C&A) útil e confiável?

1. Houve alguma falha na concepção da estratégia de C&A que poderia comprometer a realização e articulação das atividades de C&A? A concepção da estratégia de C&A foi contemplada no documento de programa?

h) Se o programa foi revisto, o mesmo conseguiu refletir as mudanças que eram necessárias?

i) Foram feitas revisões no documento de Programa? Se sim, por que estas revisões foram necessárias?

j) O que pode ser aprendido com o processo de concepção e revisão que poderia facilitar a reprodução de iniciativas semelhantes em outros contextos?

Foco de Análise sobre Processos e a Implementação do Programa

- **Eficiência e Eficácia: Até que ponto os recursos e insumos (recursos financeiros, recursos humanos, etc) do Programa Interagencial foram transformados em resultados de forma otimizada.**

a) Em que medida o modelo do Programa Interagencial de gestão compartilhada foi eficiente para o atingimento dos resultados de desenvolvimento alcançados?

1. Quais são os atalhos e os gargalos em termos do modelo de programação conjunta e gestão compartilhada?
2. Quais são as vantagens comparativas e os obstáculos para a programação conjunta do ponto de vista gerencial?

b) Em que medida a implantação de uma intervenção enquanto Programa Interagencial (grupo de agências) foi mais eficiente em comparação ao que poderia ter sido através da intervenção de uma agência única?

1. Se assim for, ou não, por que isso aconteceu?

c) Em que medida a gestão no nível de programa (Programme Management Committee) e no nível nacional (National Steering Committee) contribuíram para a eficiência e a eficácia do Programa Interagencial? Até que

ponto essas estruturas de governança foram úteis para fins de desenvolvimento, apropriação, e para a realização do trabalho conjunto como um todo? Este arranjo administrativo favoreceu, ou não, o gerenciamento e entrega de produtos e resultados?

1. Este modelo de governança estimula a sustentabilidade dos resultados alcançados?
2. As estruturas de governança foram implementadas como sugerido pelo documento de projeto? Por quê?

d) Em que medida e de que maneira a programação interagencial aumenta ou reduz a eficácia na entrega de produtos e resultados atingidos?

1. Quais são os gargalos e atalhos da programação conjunta em termos de seus processos internos e externos?
2. Que tipo de metodologias de trabalho, instrumentos administrativos e financeiros e práticas de gestão têm sido utilizados pelos parceiros de implementação do Programa Interagencial para aumentar a eficiência e a eficácia no *delivering* dos resultados pretendidos?

f) Que tipo de obstáculos (administrativos, financeiros e gerenciais) o Programa Interagencial teve de enfrentar, e em que medida isso afetou a sua eficiência e eficácia?

1. O que pode ser aprendido com as metodologias de programação conjunta de trabalho, com instrumentos financeiros e práticas de gestão que poderiam facilitar a reprodução de iniciativas semelhantes em outros contextos?

g) Em que medida e de que maneira a avaliação de meio-termo teve um impacto sobre o Programa Interagencial? Foi útil? O Programa Interagencial implementou o plano de melhoras conforme sugerido?

Foco de Análise sobre a Apropriação Nacional

- **Apropriação do processo: o exercício efetivo de liderança por parceiros locais ou nacionais do país em iniciativas de promoção do desenvolvimento para a Cooperação Técnica Internacional.**

a) Em que medida a população beneficiária, os cidadãos em geral, stakeholders diversos, autoridades locais e nacionais se apropriaram do Programa Interagencial (ownership) tendo um papel ativo no mesmo? Que tipos de participação e liderança impulsionaram este processo?

1. Como é que esta análise se encaixa no contexto específico do Brasil em função das características do Programa Interagencial de gestão compartilhada?
2. Quais são as causas e efeitos do padrão de participação identificado no âmbito do Programa Interagencial?

b) Em que medida e de que forma tem essa apropriação (ownership), ou a falta dela, impactado a eficiência e eficácia do Programa Interagencial?

1. Qual foi o papel da apropriação, ou da falta dela, para garantir (ou não) a sustentabilidade dos resultados atingidos pelo Programa Interagencial?

Foco de Análise sobre a Contribuição para Resultados de Desenvolvimento

- **Eficácia e efetividade: Em que medida os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram alcançados.**

a) Em que medida o Programa Interagencial contribuiu para a realização dos produtos de desenvolvimento e dos resultados inicialmente esperados ou estipulados no documento de projeto do programa?

1. Em que medida e de que maneira o Programa Interagencial contribuiu para o atingimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio em nível local e nacional?

2. Em que medida e de que maneira o Programa Interagencial contribuiu para os objetivos definidos no âmbito de sua janela temática?
3. Em que medida e de que maneira o Programa Interagencial contribuiu para melhorar a aplicação dos princípios da Declaração de Paris e da Agenda de Ação de Accra?
4. Em que medida e de que maneira o Programa Interagencial atingiu as metas de *delivering* propostas? O programa foi plenamente implementado, por quê?
5. Quais são as causas da efetivação, ou não, da contribuição do Programa Interagencial sobre os resultados de desenvolvimento esperados?
6. Existem quaisquer resultados indiretos identificáveis que não estavam previstos no projeto de programação conjunta?

b) Em que medida as atividades do Programa Interagencial podem ser entendidas como sinérgicas e coerentes? De que maneira atividades sinérgicas e coerentes contribuíram para o atingimento de resultados de desenvolvimento vis-a-vis atividades sem sinergia e coerência? Que tipos de resultados de desenvolvimento foram alcançados?

1. Como estes resultados sinérgicos e coerentes são distintos de produtos e resultados não sinérgicos e coerentes, assim como resultados produzidos através da intervenção de uma única agência?

c) Em que medida o Programa Interagencial teve um impacto sobre a vida da população beneficiária potencial? Até que ponto o Programa Interagencial teve um impacto sobre o desenvolvimento das instituições envolvidas?

d) Boas práticas, histórias de sucesso, falhas principais, lições aprendidas ou exemplos transferíveis foram identificados? Por favor, descreva e documente-os.

1. Como essas práticas foram identificadas?
2. Que tipo de metodologia ou critérios do programa foram utilizados neste processo?

e) Que tipos de efeitos diferenciados são resultantes do Programa Interagencial, de acordo com o gênero, raça, etnia, contexto rural ou urbano da população beneficiária, e em que medida os resultados diferem entre estes diversos segmentos populacionais?

f) Em que medida o Programa Interagencial contribuiu para o avanço e o progresso de promover a apropriação nacional e o atingimento de resultados (a elaboração e implementação de Planos Nacionais de Desenvolvimento, Políticas Públicas, do UNDAF, etc)?

g) Em que medida o Programa Interagencial ajudou a aumentar o diálogo ou engajamento do Sistema ONU em questões de promoção do desenvolvimento e no desenvolvimento de políticas públicas?

Foco de Análise sobre a Sustentabilidade dos Resultados de Desenvolvimento

- **Sustentabilidade: probabilidade de continuidade dos benefícios da intervenção a longo prazo.**

a) Em que medida a decisão Programa Interagencial em ter órgãos e parceiros de implementação possibilitou que estes tomassem as decisões e o curso de ações necessários para garantir a sustentabilidade dos efeitos do Programa Interagencial?

A nível local e nacional:

- i. Em que medida instituições locais ou nacionais apoiaram as atividades do Programa Interagencial?
- ii. Estas instituições mostraram ter capacidade técnica e compromisso de liderança para continua trabalhando com o programa ou para aumentá-lo?
- iii. Capacidades operacionais foram criadas ou reforçadas nos parceiros nacionais?

iv. Os parceiros têm capacidade financeira suficiente para manter os benefícios gerados pelo programa?

b) *Em que medida o programa interagencial pode ser replicável ou ampliado a nível nacional e local?*

c) *Em que medida o Programa Interagencial se alinha com as Estratégias Nacionais de Desenvolvimento ou o UNDAF?*

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta avaliação final irá utilizar metodologias e técnicas de acordo com as necessidades específicas de produção de dados e informações, as questões previstas no TOR, a disponibilidade de recursos, e as prioridades das partes interessadas. Em todos os casos, o(a) consultor(a) deverá analisar todas as fontes de informação relevantes, tais como relatórios externos, documentos do programa, relatórios de revisão interna, arquivos de programas, documentos estratégicos de desenvolvimento do país, avaliações de meio-termo e quaisquer outros documentos que possam fornecer evidências que suportem este exercício avaliatório. Também são esperados do(a) consultor(a) a utilização de entrevistas, grupos focais ou qualquer outra ferramenta metodológica quantitativa ou qualitativa como um meio de recolher dados e informações relevantes para a avaliação final. O(A) avaliador(a) irá certificar-se que as vozes, opiniões e informações da população beneficiária potencial e participantes do Programa Interagencial serão levadas em conta.

A metodologia e as técnicas a serem utilizadas na avaliação devem ser descritas de maneira detalhada no relatório de avaliação final, o qual deve conter informações sobre os instrumentos utilizados para coleta e análise de dados, quer se trate de documentos, entrevistas, visitas de campo, questionários ou técnicas participativas diversas.

5. PRODUTOS DA AVALIAÇÃO

O(A) consultor(a) é responsável por apresentar os resultados a seguir para o responsável e o gestor da avaliação:

- I. **Relatório Preliminar** (a ser apresentado no prazo de 15 dias a contar da apresentação de toda a documentação do programa para o avaliador). *Este relatório terá de 10 a 15 páginas de extensão e irá propor os métodos, fontes e procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados. Incluirá também um cronograma de atividades e apresentação de resultados. A análise documental irá propor as linhas iniciais de investigação sobre o Programa Interagencial. Este relatório será usado como um ponto inicial de acordo e entendimento entre o(a) consultor(a) e a gerência da avaliação. O relatório seguirá o esquema indicado no anexo 1 e será discutido no grupo de referência de avaliação.*
- II. **Relatório Final Preliminar** (a ser apresentado no prazo de 20 dias após a conclusão do período de visita de campo, o mesmo deve também ser enviado para o Secretariado do F-ODM). O relatório final preliminar conterá as mesmas seções do relatório final (descrito no próximo parágrafo) e terá de 20 a 30 páginas. Este relatório será compartilhado com o grupo de referência da avaliação. Ele também irá conter um sumário executivo de no máximo 5 páginas, que inclui uma breve descrição do Programa Interagencial, o seu contexto e sua situação ao final do período de implantação, o propósito da avaliação, sua metodologia e suas principais conclusões e recomendações. O relatório final preliminar será compartilhado com o grupo de referência da avaliação para que sejam feitos comentários e sugestões. Este relatório conterá as mesmas seções do relatório final, descrito abaixo.
- III. **Relatório Final de Avaliação** (a ser apresentado no prazo de 10 dias após a devolutiva do projeto de relatório final com comentários e sugestões, o mesmo deve também ser enviado para o Secretariado do F-ODM). O relatório final terá de 20 a 30 páginas. Ele também irá conter um resumo executivo de no máximo 5 páginas, que inclui uma breve descrição do programa comum, o seu contexto e sua situação ao final do período de implantação, a estratégia de avaliação adotada, sua metodologia e suas principais descobertas, conclusões e

recomendações. O relatório final será enviado para o grupo de referência da avaliação. Este relatório irá conter as seções estabelecidas no Anexo 2 e será validado por todas as partes envolvidas no exercício avaliador.

5.1. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS E PAGAMENTOS:

| PRODUTO | Pagamento (%) | Data esperada de entrega a partir da assinatura do contrato |
|--|---------------|---|
| Produto 1 – Relatório Preliminar | 20% | 15 dias |
| Produto 2 – Relatório Final Preliminar | 30% | 40 dias |
| Produto 3 – Relatório Final | 50% | 60 dias |
| Total | 100% | |

6. USO E UTILIDADE DA AVALIAÇÃO

Avaliações finais são exercícios sumativos que são orientados para coletar dados e informações para medir até que ponto os resultados do desenvolvimento foram alcançados. No entanto, a utilidade do processo de avaliação e de seus produtos vai muito além do que foi dito durante a visita de campo por intervenientes no programa ou o que a equipe de avaliação escreveu no relatório de avaliação.

A dinâmica criada pelo processo de avaliação (reuniões com o governo, doadores, beneficiários, da sociedade civil, etc) é a oportunidade ideal para estabelecer uma agenda sobre o futuro do programa ou algum de seus componentes (sustentabilidade). É também excelente plataforma para se comunicar lições aprendidas e transmitir mensagens-chave sobre as boas práticas, produtos e ações que podem ser replicadas ou se intensificar no país, bem como a nível internacional.

O comissário da avaliação, o grupo de referência, o gerente de avaliação e quaisquer outras partes interessadas ao Programa Interagencial, em parceria, irão desenhar e implementar um plano completo de divulgação dos resultados da avaliação, conclusões e recomendações com o objetivo de defender a sustentabilidade, replicabilidade, ampliação ou para partilhar boas práticas e lições aprendidas a nível local, nacional e/ou internacional.

7. PRINCÍPIOS ÉTICOS E PREMISSAS DA AVALIAÇÃO

A avaliação final do Programa Interagencial é para ser realizada de acordo com princípios éticos e padrões estabelecidos pelo Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG).

- **O anonimato e a confidencialidade.** A avaliação deve respeitar os direitos dos indivíduos que fornecem informações, garantindo seu anonimato e confidencialidade.
- **Responsabilidade.** O relatório deve mencionar qualquer disputa ou diferença de opinião que possam ter surgido entre o(a) consultor e *stakeholders* do Programa Interagencial em conexão com as conclusões ou recomendações. A equipe deve confirmar todas as afirmações ou discordar.
- **Integralidade.** O(A) consultor(a) será responsável por realçar questões não especificamente mencionadas neste ToR, se isso for necessário, para se obter uma análise mais completa e integral da intervenção.
- **Independência.** O(A) consultor(a) deve garantir a sua independência em relação à intervenção em análise, e ele ou ela não deve ser associado com a sua direção ou a qualquer dos seus elementos.

- **Incidentes.** Se ocorrerem problemas durante o trabalho de campo, ou em qualquer outra fase da avaliação, estes devem ser comunicados imediatamente ao Secretariado do F-ODM. Se isso não for feito, a existência de tais problemas não podem, em hipótese alguma, ser utilizada para justificar o fracasso em obter os resultados estipulados pelo Programa Interagencial neste Termo de Referência.
- **Validação da informação.** O(A) consultor(a) será responsável por assegurar a precisão das informações coletadas durante a preparação dos relatórios e será o responsável pelas informações apresentadas no relatório de avaliação.
- **A propriedade intelectual.** Ao lidar com fontes de informação, o(a) consultor(a) deve respeitar os direitos de propriedade intelectual das instituições e comunidades que estão sob revisão.
- **Entrega de relatórios.** Se a entrega dos relatórios é atrasada, ou no caso em que a qualidade dos relatórios entregues é claramente menor do que o que foi acordado, as penas contratuais estipuladas serão aplicadas.

8. QUALIFICAÇÕES DO(A) CONSULTOR(A)

PERFIL PROFISSIONAL:

Obrigatório (eliminatório)

- Graduação em áreas acadêmicas vinculados ao tema de desenvolvimento (economia, ciências sociais, administração pública, ciência política, estudos de gênero, relações internacionais, etc).
- Experiência profissional ou acadêmica em Monitoramento & Avaliação.
- Pelo menos um ano de experiência profissional em atividades de pesquisa aplicada.
- Experiência profissional ou acadêmica relacionada aos temas de gênero, raça ou etnia.

Desejável

(pontuável e passível de comprovação, caso necessário, por meio de entrevista ou publicações, artigos, relatórios, certificados, diplomas, etc)

- Experiência profissional no acompanhamento e avaliação de políticas ou programas de gênero, raça ou etnia.
- Pós-graduação na área temática de gênero ou raça ou etnia.
- Pós-graduação em Monitoramento e Avaliação.
- Experiência profissional ou acadêmica sobre os conceitos de gestão orientada para resultados ou da abordagem do marco lógico.
- Experiência profissional no área de desenvolvimento, de preferência no âmbito das Nações Unidas.
- Experiência profissional na implementação de políticas ou programas de gênero, raça ou etnia.
- Excelente capacidade de redação em Português.
- Experiência profissional ou acadêmica sobre a discussão acerca da questão da atribuição ou contribuição de iniciativas de desenvolvimento para o atingimento de resultados de desenvolvimento.
- Experiência profissional ou acadêmica sobre estratégias de comunicação e advocacy.
- Experiência profissional ou acadêmica em demografia ou estatística ou econometria aplicadas à avaliação de políticas públicas ou programas sociais.
- Conhecimento funcional de Espanhol e Inglês.
- Familiaridade com os princípios e conceitos básicos da área de avaliação.

9. COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS

Para participar do processo seletivo e para assinatura do contrato o(a) candidato(a) deverá possuir material disponível comprobatório dos requisitos especificados para o respectivo Perfil (a ser apresentado, se requisitado). Somente será contratado(a) o(a) consultor(a) que apresentar o material comprobatório do atendimento integral aos requisitos mínimos estabelecidos no edital, no momento em que isto for exigido.

10. REMUNERAÇÃO DA CONSULTORIA

O(A) candidato(a) deverá propor valores por produto e global para os serviços de consultoria, separadamente do currículo, conforme determina o Edital, e de acordo com o modelo em anexo (Anexo I - Formulário de Oferta). O valor a ser considerado deve ser bruto, incluindo os impostos pertinentes à legislação brasileira. Custos de traslado, diárias e hospedagem, quando necessários serão cobertos pelo Programa Interagencial.

Levantamentos preliminares apontam que o custo total de um trabalho deste tipo para profissionais com as qualificações exigidas por este Termo de Referência **não deve ser menor do que R\$ 25 mil e não deve ultrapassar o teto de R\$ 35 mil.**

O critério final do processo será o de avaliação TÉCNICA E PREÇO para o julgamento final da seleção, conforme metodologia *best value for money* (para maior detalhes veja o Anexo II).

11. LOCAL DE TRABALHO

O(A) consultor(a) contratado(a) deverá **preferencialmente** residir em Brasília-DF durante o período do contrato. No caso de consultores residentes em outras localidades, informamos que as despesas com deslocamento para Brasília, bem como gastos com moradia, serão custeadas pelo(a) consultor(a) contratado(a), não sendo, portanto, ressarcida nenhuma despesa pelo Programa Interagencial.

12. DISPONIBILIDADE

O(A) candidato(a) deve ter disponibilidade para início imediato dos trabalhos.

13. PRAZO PARA RECEBIMENTO DE CURRÍCULOS

01 de abril de 2012 às 23h59 (horário de Brasília).

Os (as) interessados(as) devem enviar a proposta financeira do serviço da consultoria conforme modelo em anexo (**Formulário de Oferta**) assim como o CV no formato do formulário **Personal History Form** (fazer download no endereço: http://www.unwomen.org/wp-content/uploads/2011/01/P_11_form_UNwomen.doc) e enviar os documentos para **unwomenbra.hr@unwomen.org**, contendo no assunto da mensagem "*Consultoria Avaliação Final Programa Interagencial*".

De acordo com as regras das Nações Unidas é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias ou controladas.

A ONU se compromete a garantir a diversidade da força de trabalho em termos de nacionalidade, gênero e cultura. Os indivíduos pertencentes a grupos minoritários, grupos indígenas e pessoas com deficiência, mulheres e afrodescendentes são particularmente estimulados a se candidatar. Todas as candidaturas serão analisadas em sigilo. Devido ao grande volume de documentos recebidos, não serão enviadas confirmações individuais de recebimento das candidaturas. Apenas os (as) candidatos (as) pré-selecionados (as) serão contatado (as).

11. ANEXOS

Anexo I - Formulário de Oferta

Brasília, __/__/____.

Ref: Seleção de Serviços Avaliação Final Programa Interagencial/2012

Prezado(a) Senhor(a),

Após exame da documentação referente ao processo em epígrafe, proponho realizar os serviços/produtos indicados no Termos de Referência pelo **valor total de R\$ _____ (..... reais)** com todas as despesas inclusas e **por produto conforme planilha detalhada abaixo. Na pretensão de remuneração, deverão estar incluídos todos os impostos, tributos e encargos sociais.**

Concordo em manter esta cotação durante o prazo de 90 (noventa) dias corridos a partir da data limite para recebimento dos envelopes fixada na presente Seleção de Serviços.

Atenciosamente,

Nome do Candidato

CPF

Telefone/Fax/E-mail

Endereço Completo

Planilha de Detalhamento Orçamentário

| | |
|--|------------|
| Produto 1 – Relatório Preliminar | R\$ |
| Produto 2 – Relatório Final Preliminar | R\$ |
| Produto 3 – Relatório Final | R\$ |
| Total | R\$ |

Anexo II - Critérios de Seleção e Avaliação das Propostas Técnica e Financeira

A) Processo de Seleção

- 1) Será desconsiderada a candidatura enviada em desconformidade com o previsto no presente Termo de Referência:
- 2) O critério final de seleção será o de **ANÁLISE TÉCNICA e PREÇO** para o julgamento final das candidaturas:
 - a. Os Critérios de Qualificação Técnica serão divididos em duas (2) Etapas: 1ª Etapa - Análise Curricular e 2ª Etapa – Entrevista para comprovação dos requisitos, a qual não será pontuada e será realizada somente com o(a) candidato(a) selecionado(a) pela **ANÁLISE TÉCNICA e PREÇO**. A nota máxima na Qualificação Técnica é 100 pontos.

I. Primeira Etapa da Qualificação Técnica: Análise Curricular (100 pontos)

Os critérios para análise curricular estão dispostos no quadro abaixo:

Critérios de Pontuação

| Perfil Profissional Desejável | Pontuação |
|--|--------------------|
| Experiência profissional no acompanhamento e avaliação de políticas ou programas de gênero, raça ou etnia. | 15 pontos |
| Pós-graduação na área temática de gênero ou raça ou etnia | 10 pontos |
| Pós-graduação em Monitoramento e Avaliação. | 10 pontos |
| Experiência profissional ou acadêmica sobre os conceitos de gestão orientada para resultados ou da abordagem do marco lógico. | 10 pontos |
| Experiência profissional no área de desenvolvimento, de preferência no âmbito das Nações Unidas. | 10 pontos |
| Experiência profissional na implementação de políticas ou programas de gênero, raça ou etnia. | 10 pontos |
| Excelente capacidade de redação em Português. | 10 pontos |
| Experiência profissional ou acadêmica sobre a discussão acerca da questão da atribuição ou contribuição de iniciativas de desenvolvimento para o atingimento de resultados de desenvolvimento. | 5 pontos |
| Experiência profissional ou acadêmica sobre estratégias de comunicação e advocacy. | 5 pontos |
| Experiência profissional ou acadêmica em demografia ou estatística ou econometria aplicadas à avaliação de políticas públicas ou programas sociais. | 5 pontos |
| Conhecimento funcional de Espanhol e Inglês. | 5 pontos |
| Familiaridade com os princípios e conceitos básicos da área de avaliação. | 5 pontos |
| Nota máxima primeira etapa Análise Curricular | Até 100 pts |

OBS: Os candidatos que obtiverem nota inferior a 50 pontos na 1ª Etapa não serão considerados para a fase de abertura das propostas comerciais, portanto, serão desclassificados.

3) Classificação das Propostas Comerciais (preço):

Serão abertas as propostas comerciais apenas dos candidatos que obtiverem a **nota técnica mínima de 50 pontos** (Etapa: Análise Curricular).

A classificação das propostas comerciais dar-se-á de acordo com os preços propostos, as propostas melhores classificadas serão aquelas com menor preço conforme a metodologia *best value for money*: a Nota da Proposta Comercial NC será dada pelo valor da Menor Proposta Financeira P(i) multiplicada pelo fator 100, e dividida pelo valor da Proposta Financeira do Candidato sendo avaliado Px(i).

$$NC = 100 * P(i) / P_x(i)$$

4) Classificação Final das Propostas:

O Resultado Final (RF) do processo será dado pela soma da Nota Técnica Final NT(i) multiplicada pelo fator 0,70, com a Nota da Proposta Comercial NC(i) multiplicada pelo fator 0,30, ou seja:

$$RF = NT(i) \times 0,70 + NC(i) \times 0,30$$

Será selecionada a proposta que alcançar o maior Resultado Final (RF).

5) Considerações Especiais:

Esta contratação será conduzida pela ONU Mulheres, seguindo as normas e diretrizes do organismo.

De acordo com as regras das Nações Unidas é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias ou controladas.

A ONU se compromete a garantir a diversidade da força de trabalho em termos de nacionalidade, gênero e cultura. Os indivíduos pertencentes a grupos minoritários, grupos indígenas e pessoas com deficiência, mulheres e afrodescendentes são particularmente estimulados a se candidatar. Todas as candidaturas serão analisadas em sigilo. Devido ao grande volume de documentos recebidos, não serão enviadas confirmações individuais de recebimento das candidaturas. Apenas os (as) candidatos (as) pré-selecionados (as) serão contatado (as).

Anexo III – Estrutura dos Produtos Esperados

A. Esboço do relatório inicial

1. Introdução
2. Contexto da avaliação: objetivos e abordagem global
3. Identificação de unidades principais e as dimensões para análise e possíveis áreas de investigação
4. Principais realizações materiais e financeiras do Programa Interagencial
5. Metodologia para a compilação e análise das informações
6. Critérios para definir a agenda da missão, incluindo "visitas de campo"

B. Esboço dos relatórios preliminar de avaliação final e de avaliação final

1. Capa
2. Resumo Executivo (incluir também a página Glossário)
3. Introdução
 - a. Contexto, objetivo e abordagem metodológica
 - b. Propósito da avaliação
 - c. Metodologias utilizadas na avaliação
 - d. Restrições e limitações no estudo realizado
4. Descrição das intervenções de desenvolvimento realizadas
 - a. A descrição detalhada da intervenção de desenvolvimento realizada: descrição e julgamento sobre aplicação de produtos entregues (ou não) e os resultados alcançados, bem como a forma como o programa funcionou em comparação com a teoria de mudança desenvolvida para o programa.
5. Níveis de Análise: Os critérios de avaliação e perguntas (todas as questões incluídas no TOR devem ser abordadas e respondidas)
6. Conclusões e lições aprendidas (priorizadas, estruturadas e claras)
7. Recomendações
8. Anexos

Anexo IV. Documentos a serem revistos

Contexto F-ODM

- MDG-F Framework Document
- Resumo dos quadros de M & A e indicadores comuns
- Indicadores gerais temáticos
- Estratégia de M & A
- Comunicação e Estratégia de Advocacy
- Diretrizes de Implementação Conjunta do F-ODM

Documentos Específicos do Programa Interagencial

- Documento do Programa Interagencial: resultados e quadro de acompanhamento e avaliação
- Relatórios da missão do Secretariado
- Os relatórios trimestrais
- Mini-relatórios de monitoramento
- Relatórios bianuais de monitoramento
- Relatórios Anuais
- Plano de trabalho anual
- Informações financeiras (MDTF)

Outros documentos ou informações específicos de cada país

- Avaliações, avaliações e relatórios internos efetuados pelo Programa Interagencial.
- UNDAF e CCA.
- Os documentos pertinentes ou relatórios sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em nível local e nacional.
- Os documentos pertinentes ou relatórios sobre One UN, Delivering as One.

Anexo V - Processo de Avaliação: Proposta de Cronograma

| Fase da Avaliação | Atividades | Quem | Quando |
|----------------------|--|----------------------------|---------|
| <i>Implementação</i> | Fornecer ao avaliador documentos, acesso a relatórios e arquivos; Briefing sobre a articulação do Programa Interagencial | GA, GRA | 7 dias |
| <i>Implementação</i> | Entrega de relatório inicial para o comissário, o gerente de avaliação e grupo de referência da avaliação | A | 15 dias |
| <i>Implementação</i> | Feedback de avaliação das partes interessadas para a equipe de avaliação. Agenda elaborada e acordada com a equipe de avaliação | CA, GA, GRA | 10 dias |
| <i>Implementação</i> | Visitas de Campo e coleta de dados primários | A, GA, CA, GRA | 20 dias |
| <i>Implementação</i> | Entrega do projeto de relatório | A | 20 dias |
| <i>Implementação</i> | Revisão do projeto de relatório de avaliação, feedback para a equipe de avaliação. Fato verificação de revisão por MDG-FS, a ser feito ao mesmo tempo como o ERG (5 dias úteis) | GA, CA, GRA e MDG-FS | 15 dias |
| <i>Implementação</i> | Entrega do relatório final | GA, CA, GRA, MDG-FS, e CGN | 10 dias |
| <i>Disseminação</i> | Divulgação e plano de uso para o relatório de avaliação concebido e em fase de implementação | GA, CA, GRA, e CGN | 10 dias |

Gerente de Avaliação (GA); Grupo de Referência da Avaliação (GRA); Avaliador/a (A); Comissário da Avaliação (CA); Secretariado do F-ODM (MDG-FS); Comitê Gestor Nacional (CGN)